

2

Modo verbal

2.1

Modo e modalidade de um ponto de vista descritivo

Nesta seção, *modo* verbal e modalidade serão explorados conforme abordados pela Gramática Tradicional e pela Linguística Descritiva. Para tanto, o presente trabalho tomou como base as gramáticas mais consultadas atualmente de cada uma das áreas citadas, além de outros trabalhos do meio acadêmico, de modo a enriquecer a exposição e a fornecer um panorama geral, ainda que longe de exaustivo, acerca do assunto *modo-modalidade*.

2.1.1

Gramática tradicional

Em geral, as descrições acerca dos *modos* verbais seguem um mesmo padrão de apresentação, ou seja, tem-se uma definição de *modo*, a especificação dos três tipos essenciais de *modo* verbal, quais sejam, o indicativo, o subjuntivo e o imperativo, as condições de uso de cada um deles e os tempos verbais que com eles se relacionam. Contudo, alguns autores acrescentam maior profundidade à explanação, como será visto mais adiante.

Em se tratando da abordagem tradicional, Cunha & Cintra (1985) assim definem *modo* verbal:

Entende-se por MODO [...] a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia; e, por TEMPO, a de localizar o processo verbal no momento de sua ocorrência, referindo-o seja à pessoa que fala, seja a outro fato em causa. (CUNHA & CINTRA, 1985, p.436).

Cunha & Cintra (*op. cit.*), então, arrolam os três *modos* verbais citados acima. Segundo os autores, o *modo* indicativo é utilizado para exprimir uma ação ou um estado que envolva realidade ou certeza, seja no presente, passado ou futuro e tal *modo* é encontrado, em especial, em orações principais. No caso de

orações completivas, pode ser usado para completar o sentido de verbos, tais como: *afirmar, compreender, comprovar, crer* (no sentido afirmativo), *dizer, pensar, ver, verificar*.

O *modo* subjuntivo, em contrapartida, é usado com fatos incertos, duvidosos ou irrealis, podendo completar o sentido de verbos que veiculem idéias de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas, como as expressas pelos verbos: *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar e suplicar*.

As duas sentenças abaixo, sintaticamente idênticas, exemplificam tais observações. Na primeira, o indicativo completa o sentido do verbo *dizer*, uma vez que Maria expressa sua opinião. Na segunda sentença, o subjuntivo está ligado à idéia de uma ordem transmitida por Maria:

(1) Maria disse que eu **faço** isso bem. (Indicativo)

(2) Maria disse que eu **faça** isso bem. (Subjuntivo)

Quanto ao *modo* imperativo, Cunha & Cintra (*op. cit.*) pontuam que em português há dois tipos de imperativo: um afirmativo e outro negativo. O afirmativo conta com formas próprias apenas para as segundas pessoas: do singular e do plural; as demais formas correspondem às do presente do subjuntivo. No negativo, todas as formas correspondem às do presente do subjuntivo¹. O Quadro 1, a seguir, ilustra a questão com um verbo de primeira conjugação, embora o mesmo se dê com as demais:

Imperativo Afirmativo	Imperativo Negativo	Presente do Subjuntivo
-	-	ajude
ajuda (tu)	não ajudes	ajudes
ajude (você)	não ajude	ajude
ajudemos (nós)	não ajudemos	ajudemos
ajudai (vós)	não ajudeis	ajudeis
ajudem (vocês)	não ajudem	ajudem

Quadro 1 – Comparação das desinências do imperativo e do subjuntivo no português
(Cunha & Cintra, 1985)

¹ Esta particularidade será retomada na seção 2.3.

Fica fácil observar que como no imperativo tem-se a situação de um falante dirigindo-se a um ou mais interlocutores, tal *modo* está associado a “aquele com quem se fala”, isto é, as segundas pessoas: do singular (tu) e do plural (vós); as terceiras pessoas: do singular (você) e do plural (vocês), quando se tratar de pronome de tratamento como: *você, o senhor, Vossa Senhoria*, entre outros; e a primeira pessoa do plural (nós), em que o próprio falante se inclui no cumprimento da ordem.

Bechara (2002) define *modo* como uma categoria verbal e explica que em tais categorias o verbo se combina com instrumentos gramaticais (morfemas) de tempo, *modo*, pessoa e número e acrescenta que em português não se separam as categorias de pessoa e número, nem tampouco de tempo e *modo*, o que ocorre em grande parte, segundo o autor e de acordo com a literatura, com tempo e aspecto².

As categorias verbais apresentadas em Bechara (*op. cit.*) são: gênero, número, pessoa, estado³, aspecto, tempo ou nível temporal, voz ou diátese, *modo*, táxis⁴ e evidência⁵.

Estabelecidas as categorias verbais, esta é a definição de *modo* verbal, segundo o autor:

Modo – Assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que o falante pensa dessa relação. O falante pode considerar a ação como algo feito, como verossímil – como um fato incerto –, como condicionada, como desejada pelo agente, como um ato que se exige do agente, etc., e assim se originam os modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo. (BECHARA, 2002, p. 213).

Para Bechara (*op. cit.*), então, os *modos* verbais são cinco. O indicativo é o *modo* verbal utilizado, em geral, em orações independentes, bem como nas dependentes que fazem referência a fatos verossímeis ou tidos como tais [canto, cantei, cantava, cantarei]; o subjuntivo ou conjuntivo é o *modo* que se refere a fatos incertos, duvidosos ou impossíveis de se realizar [talvez cante, se cantasse]; o imperativo expressa um ato que se exige do agente [cantai]; o condicional, fatos

² Este é, aliás, um dos fatores de complexidade para a análise do chamado “complexo TAM”: um único morfema pode veicular informações de tempo, aspecto e *modo*.

³ Estado: afirmativo, negativo, interrogativo e negativo-interrogativo.

⁴ Táxis: posição de um acontecimento em relação a outro sem se considerar o ato de fala; série de ações simultâneas ou não: *comer cantando; comer depois de ter cantado*, etc.

⁵ Evidência: o falante se refere a uma informação indireta, isto é, ele experimenta um acontecimento não vivido por ele mesmo: *teria partido = eu não o asseguro, ouvi de outra pessoa; serão duas horas* (Ver nota 14, página 31).

que dependem de determinada condição [cantaria] e; o optativo revela a ação como desejada pelo agente [E viva eu cá na terra sempre triste].

Na maior parte da literatura acerca de *modos* verbais, entretanto, os dois últimos *modos* – o condicional e o optativo – não são mencionados, sendo o condicional apresentado, normalmente, como o futuro do pretérito (simples ou composto) do indicativo [eu cantaria, eu teria cantado].

Como se pode perceber, as abordagens acerca de *modo* na Gramática Tradicional são bastante sintéticas, não diferindo muito de autor para autor que, interessadamente, não exploram a modalidade. Na próxima seção, perceber-se-á uma maior diversidade na investigação, tanto de *modo* quanto de modalidade, pelos diferentes autores.

2.1.2

Lingüística descritiva

No âmbito da Lingüística Descritiva, Perini (2005) define *modo* como uma categoria semântica expressa pelo verbo, da mesma forma que tempo e aspecto. Para o autor, o *modo* se definiria semanticamente como caracterizando a atitude do falante frente àquilo que está dizendo, noção esta que se aproxima da de força ilocucionária.

Uma observação com relação a esta consideração de Perini (*op. cit.*), contudo, se faz pertinente. Ao contrário de um hiperônimo, por exemplo, que constitui uma categoria semântica, mas que não desempenha qualquer papel na sintaxe, o *modo* verbal não pode ser visto simplesmente como uma categoria semântica, uma vez que tem repercussão direta na sintaxe como, por exemplo, nas restrições que relacionam o *modo* indicativo às orações principais e o subjuntivo às completivas.

Perini (*op. cit.*) diz, ainda, que a oposição entre o indicativo e o subjuntivo tende a se tornar meramente formal, uma vez que as sentenças: “Tenho certeza que Selma *fuma* cachimbo” e “Desconfio que Selma *fumelfuma* cachimbo” tendem a ser sinônimas na fala coloquial, independentemente do teor de certeza ou incerteza veiculado pelos verbos das orações principais. De fato, tal oposição

caracteriza uma neutralização que vem ocorrendo há muito entre estes dois *modos* verbais no PB⁶.

No mais, os três *modos* que Perini (*op. cit.*) cita são os essenciais, vistos anteriormente: indicativo, subjuntivo e imperativo.

No *Dicionário de lingüística e gramática*, Camara Jr. (2002, p. 169) assim descreve o *modo* verbal:

Modo – propriedade que tem a forma verbal de designar a nossa atitude psíquica em face do fato que exprimimos: <<a função lógica da modalidade é exprimir a reação do sujeito pensante à sua representação>> (Bally, 1950, 216).

O autor descreve os três *modos* essenciais de forma muito sucinta e não muito diferente daquelas apresentadas anteriormente, acrescentando dois outros tipos formados, em português, a partir de construções perifrásticas: o *modo* obrigatório e o *modo* volitivo. O primeiro é constituído do auxiliar *ter* em qualquer de seus tempos verbais relacionado a um infinitivo pela partícula *de* ou *que*, para expressar a obrigação que pesa sobre o sujeito – ex: *tenho de ir, tinha de falar, tive que explicar, terei que ir*, etc. O segundo é formado pelo auxiliar *haver*, especialmente no indicativo presente, relacionado a um infinitivo pela partícula *de*, para expressar a vontade do falante que se exerce sobre o sujeito – ex: *hei de ir, há de falar*, etc.

Camara Jr. (2002) faz algumas observações sobre os três *modos* essenciais. Com relação ao indicativo, explica que esse *modo* tornou-se predominante na língua a ponto de interferir no domínio dos outros dois⁷, fazendo o uso de advérbios ou da própria construção frasal para exprimir dúvida ou vontade, como nos exemplos a seguir:

Dúvida: Ele partiu talvez ontem.
 Não sei se ele partiu ontem.
 Ele deve ter partido ontem.

⁶ Ver seção 2.3.

⁷ Ver seção 2.3.

Vontade: Exijo a sua partida.
 Proíbo-lhe partir.
 Você parte amanhã de acordo com minhas instruções.
 Você parte amanhã inelutavelmente.

O subjuntivo, que exprime dúvida, para o autor constitui uma “servidão gramatical”, uma vez que pela presença de um advérbio na frase, tal *modo* representaria uma redundância, sendo empregado apenas em tipos especiais de frase. Assim, nos tipos mais comuns de frase, sua substituição pelo indicativo vem se tornando cada vez mais freqüente⁸.

Quanto ao imperativo, este demonstra uma “conotação agressiva” ou “superioridade impositiva”, fato que, segundo o autor, pode ser amenizado substituindo-se a frase por uma outra no *modo* indicativo expressando vontade.

O *modo* é uma categoria verbal expressa por meio de flexões. A esse respeito, Camara Jr. (2006) observa que no português, ao contrário das flexões nominais, as flexões verbais impõem verdadeira complexidade, no que tange ao seu estudo semântico, e complementa (p. 97): “É talvez onde melhor se evidencia a incapacidade dos métodos da gramática tradicional para fazer justiça a uma interpretação adequada do sistema gramatical português”. O autor diz que a dificuldade na interpretação do morfema flexional no português reside no fato de que o mesmo abriga informações de tempo, *modo* e aspecto ao mesmo tempo (ver nota 2) e assim distingue tempo de *modo*: o primeiro diz respeito ao momento da ocorrência do processo visto do momento da comunicação, enquanto o último se refere ao julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz.

Em *Estrutura da língua portuguesa*, Camara Jr. (2006) menciona apenas os três *modos* essenciais. No entanto, expandindo sua investigação, descreve dois tipos de “assinalizações”: (1) tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado e (2) subordinação sintática.

O subjuntivo apresenta ambos os tipos de assinalizações, isto é, a tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal e uma subordinação sintática ao advérbio *talvez*, preposto, ou a um verbo da oração principal. O

⁸ Cf. nota 6.

imperativo possui a assinalização subjetiva, mas não a subordinação sintática. Quanto ao indicativo, este, a priori, não possui nenhuma das duas assinalizações, embora, este *modo* possa exibir um caráter subjetivo e uma subordinação sintática. No exemplo (3), abaixo, com o verbo *ser* no indicativo, percebe-se o caráter subjetivo expresso pelo verbo *supor* da oração principal, ao passo que no exemplo (4), com o verbo *ser* no subjuntivo, têm-se não só o mesmo caráter subjetivo veiculado pelo verbo *supor*, como também, uma subordinação do verbo *ser* a este: neste último exemplo, portanto, ambas as assinalizações estão explícitas⁹:

(3) Suponho que é verdade.

(4) Suponho que seja verdade.

Mais duas considerações faz Camara Jr. (2006) acerca do *modo* subjuntivo. A primeira envolve sua proposta de um sistema temporal bipartido para o referido *modo* e a segunda lida com o princípio da correlação verbal.

Com relação à primeira consideração, apesar de o subjuntivo possuir os três tempos: presente, pretérito e futuro, esta divisão tripartida não corresponde à realidade lingüística, segundo o autor, que propõe, então, duas divisões dicotômicas que se complementam: a oposição presente/pretérito (para as orações não-condicionais) e a oposição pretérito/futuro (para as condicionais). Isto se explicaria porque o presente e o futuro do subjuntivo, por desempenharem papéis temporalmente semelhantes, não poderiam ocorrer em um mesmo ambiente, sendo considerados, portanto, formas excludentes.

Na oposição presente/pretérito, o pretérito é considerado a forma marcada, indicando o passado em orações independentes precedidas pelo advérbio *talvez*,

⁹ Medeiros (1996) aponta que, na literatura lingüística, há controvérsias sobre se o subjuntivo seria, de fato, um *modo* ou uma forma verbal. Lyons (1970 apud MEDEIROS, 1996, p. 34), por exemplo, distingue *modo* subjuntivo de forma subjuntiva, já que a última é a “forma verbal imposta sintaticamente em um enunciado”. Para ele, quando uma forma verbal é usada em decorrência de fatores sintáticos, não se pode falar em “uso modal do subjuntivo”. Duas imposições se colocam para a forma verbal: (1) não há a possibilidade de substituição da forma verbal em questão por outra equivalente (a oposição subjuntivo vs. indicativo não é possível); e (2) há dependência da forma verbal a ser utilizada em relação a um elemento qualquer presente no enunciado. No exemplo: “**É provável que** Maurício **chegue** na próxima semana”, de acordo com a imposição 1, não se pode trocar o presente do subjuntivo pelo presente do indicativo, bem como não se pode substituir a expressão “é provável que” por um advérbio semanticamente correspondente, como “provavelmente”, pois a forma subjuntiva já não seria mais possível, o que confirma a imposição 2. Portanto, no exemplo “**É provável que** Maurício **chegue** na próxima semana”, foi a estrutura da sentença que produziu o uso do subjuntivo, tendo-se, assim, não um uso modal do subjuntivo, mas uma forma verbal.

ou, em orações subordinadas, se relacionado com um indicativo pretérito da oração principal:

(5) Talvez fosse verdade.

(6) Supus que fosse verdade.

Já a oposição pretérito/futuro, utilizada nas orações condicionais, ocorre nas orações subordinadas que estabelecem uma condição prévia do que se vai comunicar:

(7) Se fosse verdade, eu partiria (ou – partia) sem demora.

(8) Se for verdade, eu partirei (ou – parto) sem demora.

No que diz respeito à segunda consideração, o autor afirma que o tempo verbal do subjuntivo da oração subordinada se correlaciona, isto é, depende do tempo verbal da oração principal. Assim sendo, quando a oração principal se encontrar no presente ou no futuro do indicativo, a oração subordinada estará no presente ou no futuro do subjuntivo, respectivamente:

(9) Eles **esperam** que todos **cumpram** com seu dever.

(10) Quando Gustavo Borges **subir** ao pódio, a torcida brasileira em Atlanta **vai se sentir** gratificada.

De forma semelhante, quando o passado do indicativo (perfeito, imperfeito ou mais-que-perfeito) ou o futuro do pretérito for o tempo verbal da oração principal, o tempo da subordinada será o imperfeito do subjuntivo:

(11) Ele **repetiu** exaustivamente a mesma história para que todos **acreditassem** na sua versão.

(12) Assim que o relatório final **chegasse**, ele **avisaria** à imprensa.

Medeiros (1996), que estudou a ocorrência do subjuntivo em orações relativas¹⁰, contudo, diz que o sistema temporal bipartido e a correlação verbal introduzidos por Camara Jr. têm suas limitações. No primeiro caso, isto é, com relação ao presente e ao futuro do subjuntivo serem formas excludentes, por desempenharem papéis temporalmente semelhantes em um mesmo ambiente, a autora diz que nem sempre isto ocorre, conforme as frases a seguir:

(13) Qualquer notícia que *surja* sobre este caso provoca polêmica.

(14) Qualquer notícia que *surgir* sobre este caso provoca polêmica.

Percebe-se que, pelo menos nas relativas, o presente do subjuntivo e o futuro do subjuntivo podem se alternar. Assim, para Medeiros (*op. cit.*), o sistema temporal proposto por Camara Jr. dá conta apenas em parte do que ocorre com o subjuntivo nas orações relativas.

No segundo caso, o da correlação verbal, que diz que as formas verbais do subjuntivo se correlacionam com as formas verbais da oração principal, isto é, o tempo verbal do subjuntivo a ser utilizado na oração subordinada é dependente do tempo verbal utilizado na oração principal, mais uma vez, pode-se verificar que nem sempre isso ocorre, quando se tratam de orações relativas:

(15) Maurício *costuma agir* como se *fosse* o dono da empresa.

(16) Maurício *agia* como se *fosse* o dono da empresa.

(17) Maurício *vai agir* como se *fosse* o dono da empresa.

Percebe-se, nos exemplos acima, que o imperfeito do subjuntivo está sendo empregado independentemente do tempo verbal empregado na oração principal. Assim, Medeiros (*op. cit.*) explicita que, embora a correlação verbal funcione como princípio regulador do comportamento do subjuntivo, tanto em orações não-relativas, quanto em relativas, não se pode generalizá-la para toda e qualquer relativa, pois há espaços em que este princípio não atua.

Outro autor que se situa na linha descritiva é Ribeiro (2004), que define *modo* como uma das seis categorias do verbo (*modo*, tempo, número, pessoa, voz

¹⁰ Camara Jr. não trata deste tipo de oração.

e aspecto), sendo que de todas, apenas a noção de voz não é expressa por meio de uma flexão, mas por um processo sintático. O *modo* verbal, segundo ele, além de poder ser expresso por meio de desinências (fales, falavas, falasse), também o pode por meio de composição (tenho falado, tenha falado) ou tom de voz (Eu falei. / Eu falei? / Eu falei?!).

A explanação de Ribeiro (*op. cit.*) acerca da função do *modo* verbal e dos seus tipos não difere das demais já mencionadas. Por outro lado, aborda a questão da modalidade, dizendo que esta pode se realizar não só nos *modos* verbais, como também por meio de palavras modais, tais como: *enfim, talvez*; de adjetivos: *provável, possível, certo*; ou, ainda, de outras construções ou entoações¹¹. Esta consideração do autor apenas reitera a de Mário Villela e Ingedore Villaça Koch (2001 apud RIBEIRO, 2004, p. 190) acerca da modalidade: esta representa a gramaticalização [isto é, a expressão por meio da morfologia] das atitudes subjetivas do falante e sua [conseqüente] transposição para o conteúdo do enunciado.

Ainda no âmbito da modalidade, Medeiros (*op. cit.*) acrescenta uma noção importante: a distinção entre modal e modalizador. Para tanto, menciona as definições contidas no Dicionário de Dubois et al. que se seguem (MEDEIROS, 1996, p. 54-55):

Chamam-se modalizadores os meios pelos quais um falante manifesta o modo como ele considera seu próprio enunciado; por exemplo os advérbios *talvez, provavelmente*, as intercaladas *pelo que eu creio, conforme a minha opinião*, etc., indicam que o enunciado não está inteiramente assumido ou que a asserção está limitada a uma certa relação entre o sujeito e seu discurso.

Chamam-se modais, ou *auxiliares* modais, a classe dos auxiliares do verbo que exprime as modalidades lógicas (contingente vs. necessário, provável vs. possível): o sujeito considera a ação expressa pelo verbo como possível, necessária, como uma conseqüência lógica ou como o resultado de uma decisão, etc.

Uma vez que um processo de comunicação é composto de enunciação (ato de produção da linguagem) e enunciado (produto da comunicação), o modalizador está relacionado à primeira instância e o modal à segunda. Assim, em uma sentença como:

¹¹ Para Palmer (2001), os marcadores gramaticais de modalidade são: (1) sufixos individuais, clíticos e partículas; (2) flexão; e (3) verbos modais.

(18) Maria *deve apanhar* os documento amanhã.

Há duas leituras possíveis: a primeira é “Maria talvez apanhe os documentos amanhã”, que traduz a opinião do falante (presença do sujeito sobre o enunciado = modalizador). Na segunda leitura, tem-se “Maria tem de apanhar os documentos amanhã” em que “dever” está relacionado com o fato exposto, algo necessário, algo que tem que ser feito (“dever” ligado ao enunciado = modal).

Gonçalves (2003) faz uma oposição entre modalidade e *modo* à luz da abordagem cognitivista. Modalidade é a categoria geral com a qual os falantes expressam suas opiniões ou atitudes acerca do que dizem ou da situação a que se referem. A autora menciona, ainda, os atos de fala segundo Searle (1976), que têm correspondência direta com a modalidade (Gonçalves, 2003, p. 29-30):

Assertivos: comprometem o falante, em diferentes graus, com o fato de algo ser o caso; expressam crenças do falante (*Está chovendo; Acho que está chovendo; Talvez esteja chovendo*);

Diretivos: têm como propósito, em graus variáveis, levar o ouvinte a fazer algo (*Venha aqui imediatamente; Quero que você venha aqui; Gostaria muito que você viesse aqui; Não permito que você venha aqui*);

Compromissivos: comprometem o falante, em graus variáveis, com uma determinada linha futura de ação (*Prometo que compro seu carro; Pretendo comprar o seu carro*);

Expressivos: expressam estados psicológicos (sentimentos) do falante a respeito de um estado de coisas (*Lamento que você tenha se machucado; Agradeço muito o seu convite; É uma pena que ele tenha perdido o vôo*);

Declarações: têm como propósito fazer com que um estado de coisas exista (*Renuncio ao cargo; Eu vos declaro marido e mulher; Você está demitido*).

Não é difícil verificar que os *modos* verbais essenciais estão associados, especialmente, aos dois primeiros tipos de atos de fala acima descritos, quais sejam: assertivos (indicativo e subjuntivo) e diretivos (imperativo)¹².

¹² Embora o *modo* indicativo esteja presente, também, nos outros atos de fala.

Gonçalves (*op. cit.*) observa um paralelo entre essa caracterização da modalidade em termos dos diferentes tipos de atos de fala e a caracterização clássica, baseada na Lógica Filosófica. Do ponto de vista clássico, há três tipos de modalidade: a alética¹³, relacionada ao valor verdade das proposições; a deôntica, relacionada à conduta; e a epistêmica, que se relaciona ao conhecimento.

A modalidade deôntica se encontra associada à expressão da atitude do falante em relação aos valores de dever – obrigação e permissão – estando associada, portanto, aos atos de fala diretivos:

(19) Os usuários da biblioteca *têm que* devolver os livros na data prevista. (obrigação)

(20) Em dias úteis, o laboratório de informática *pode ser* utilizado até as 18:00h. (permissão)

A modalidade epistêmica, por estar relacionada ao grau de compromisso do falante com o que diz, ou seja, seu conhecimento a respeito do que diz, associa-se aos atos de fala assertivos, que podem se subdividir em (Gonçalves, 2003, p.32):

Julgamentos: o falante faz suas afirmações com dúvida, apresentando-as como hipóteses, e sujeitando-as, portanto, a questionamentos e à comprovação pelos fatos (*Acho que ele não vem; Talvez ele não venha; Certamente ele não vem*);

Evidenciais: o falante faz suas afirmações com relativa confiança, sujeitando-as a questionamentos por parte do ouvinte, mas indicando a fonte da informação oferecida – evidências dos sentidos, relatos de terceiros, etc. (*Pelo barulho, está chovendo; Me disseram que está chovendo*);

Declarativos: o falante faz suas afirmações apresentando-as como fatos, sem indicar que estão sujeitas a questionamentos ou à comprovação empírica posterior (*Ele vem; Está chovendo*).

¹³ A modalidade alética, nas palavras da autora, “tem pouca relevância quando se trata da análise de línguas naturais, uma vez que não há nenhuma distinção entre o que é logicamente verdadeiro e o que o falante acredita ser verdadeiro” (GONÇALVES, 2003, p. 30).

Segundo Palmer (1986 apud GONÇALVES, 2003, p. 33), os atos de fala declarativos podem ser considerados como os membros não-marcados ou não modalizados de um sistema epistêmico. Quanto aos julgamentos e evidenciais, algumas línguas apresentam apenas um dos dois tipos de sub-sistemas. É o caso do português, que só apresenta marcação gramatical para os julgamentos, já que não há marcação de evidencialidade nesta língua¹⁴.

Voltando às modalidades deôntica e epistêmica, há, portanto, dois tipos de interpretação para a sentença abaixo:

(21) Você *pode sair* mais cedo do serviço.

A primeira está relacionada à modalidade deôntica (significados que denotam obrigação ou permissão no mundo real): “Você tem minha permissão para sair mais cedo do serviço” e a segunda, à modalidade epistêmica (significados que denotam necessidade, probabilidade ou possibilidade com base no raciocínio): “É possível você sair mais cedo do serviço”¹⁵.

Com relação a *modo*, este é definido por Gonçalves (*op. cit.*) como uma categoria expressa na morfologia verbal, ou seja, uma categoria morfossintática do verbo – assim como tempo e aspecto – e é considerado um recurso lingüístico para a expressão da modalidade.

Palmer (2001) define modalidade como sendo uma categoria gramatical interlínguas, sujeita a um estudo tipológico e que está intimamente relacionada a tempo e aspecto, uma vez que as três são categorias da oração geralmente marcadas dentro do complexo verbal. Cada uma dessas categorias se encontra relacionada ao evento ou à situação relatado(a) pela enunciação. Assim, a categoria Tempo está relacionada ao tempo do evento; a categoria Aspecto, à

¹⁴ Diferentemente do português, a língua Central Pomo (Palmer, 2001), por exemplo, apresenta um sistema evidencial que possui não só uma forma não-marcada, como formas com marcadores referentes a: conhecimento geral, experiência pessoal (geralmente visual), evidência auditiva, ‘ouvir dizer’ e inferência.

¹⁵ Este tipo de ambigüidade em termos de interpretação, considerado por muitos lingüistas como um caso de homonímia ou de extensão do sentido deôntico para o epistêmico (Gonçaves, 2003), foi estudado por Butler (2003), que demonstrou que a diferença de sentido (epistêmico ou deôntico) de um mesmo modal se deve, na verdade, ao escopo ou posição que ele ocupa na árvore sintática.

natureza do evento (constituência temporal interna); e a categoria Modalidade, ao status da proposição que descreve o evento.

Segundo o autor, apesar da análise da modalidade poder ser feita com base em distinções binárias dos tipos: modal/não-modal, declarativa/não-declarativa, e associarem-se tais distinções com as noções: factual/não-factual, real/irreal, a melhor análise e a mais utilizada atualmente é aquela com base na oposição *realis/irrealis*. Mithun (1999) diz que *realis* retrata situações que já tenham ocorrido ou que estejam ocorrendo e que podem ser captadas por meio da percepção direta, enquanto *irrealis* retrata situações internas ao pensamento, isto é, que só podem ser captadas por meio da imaginação.

Palmer (2001) aponta uma variação fundamental na utilização das categorias *realis/irrealis* em diferentes línguas: enquanto uma língua pode assumir determinados comandos como *irrealis*, outra pode marcá-los como *realis* e, outras ainda, podem nem mesmo considerá-los como parte do sistema de modalidade. Tais variações equiparam-se a outras no que tange ao futuro, às interrogativas, às negativas, aos relatos, entre outros. O inglês, por exemplo, utiliza um verbo modal para distinguir um julgamento de uma afirmação [*Mary is at home X Mary may be at home X Mary must be at home*]. Já o espanhol, assim como o português, distingue o que se acredita ser verdadeiro do que é duvidoso pelo uso dos *modos* indicativo e subjuntivo [*Creo que aprende X Dudo que aprenda*]. Por outro lado, a língua Amele da Papua utiliza as noções de *realis* e *irrealis*, respectivamente, para fazer distinções entre o que é passado remoto, passado recente, passado habitual e presente, do que é futuro, imperativo, hortativo (exortação) contrafactual e negativo.

No que diz respeito a *modo*, diversas línguas fazem uma correlação entre *realis/irrealis* e indicativo/subjuntivo. Nas línguas européias, por exemplo, o indicativo marca as orações como *realis* e o subjuntivo as marca como *irrealis*. No entanto, Palmer (2001) adverte que há exceções, já que Imperativo e o Jussivo¹⁶, por exemplo, não fazem parte do sistema de *modo* indicativo/subjuntivo e, mesmo onde há marcadores *realis/irrealis*, algumas orações podem ser não-marcadas para tal distinção.

¹⁶ Jussivos: imperativos de 1ª e 3ª pessoa: “Let me drink”, (cf. Palmer, 2001, p.81).

Quanto aos tipos de modalidade, Palmer (2001) oferece um conjunto bem mais amplo, como será verificado a seguir. Tomando-se como exemplo os dois pares de sentenças abaixo, verifica-se um claro contraste entre os traços nocionais envolvidos em cada um deles:

(22) Kate may be at home [It is possible (possibly the case) that Kate is at home now]

(23) Kate must be at home [It is necessary the case that Kate is at home now]

(24) Kate may come in now [It is possible for Kate to come in now]

(25) Kate must come in now [It is necessary for Kate to come in now]

A distinção já conhecida (vista anteriormente e aqui expandida) é feita em termos das modalidades epistêmica e deôntica. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de que uma distinção importante entre os dois pares é indicada pelas palavras *that* e *for*. O primeiro par exprime o julgamento do falante acerca da proposição, isto é, de que Kate esteja em casa (modalidade proposicional), enquanto o segundo exprime a atitude do falante em relação a um evento potencial futuro (modalidade de evento).

Para Palmer (2001), a modalidade proposicional divide-se em modalidade epistêmica e modalidade evidencial. Na modalidade epistêmica, os falantes expressam seus julgamentos acerca do status factual da proposição, enquanto que na modalidade evidencial, eles indicam a evidência que têm para seu status factual. Portanto, ambas as modalidades, quais sejam, epistêmica e evidencial, se encontram relacionadas à atitude do falante quanto ao valor verdade ou status factual da proposição.

Quanto à modalidade de evento, esta se divide em modalidade deôntica e modalidade dinâmica. Na modalidade deôntica, os fatores condicionantes são externos ao indivíduo, enquanto na modalidade dinâmica, eles são internos. Por isso, a modalidade deôntica relata obrigação ou permissão emanando de uma fonte externa, enquanto a modalidade dinâmica relata habilidade ou disposição que vem do indivíduo em questão, como nos exemplos abaixo, em que o primeiro

par expressa as categorias deônticas Permissiva e Obrigatória e o segundo, as categorias dinâmicas de Habilidade e Volição.

(26) John may/can come in now (permissão)

(27) John must come in now (obrigação)

(28) John can speak French (habilidade)

(29) John will do it for you (disposição/volição)

Logo, as modalidades deôntica e dinâmica referem-se a eventos não realizados, mas meramente potenciais.

Em suma, a modalidade caracteriza um termo oriundo da Lógica, relativo à classificação de proposições quanto à possibilidade/impossibilidade, necessidade, obrigatoriedade ou probabilidade do conteúdo que expressam. De um ponto de vista lingüístico-descritivo, a modalidade representa uma categoria que reúne um conjunto de formas que possibilitam a expressão de um posicionamento do falante com relação ao que seria a possibilidade, permissibilidade ou probabilidade de um evento apresentado por um verbo. Estas formas ou marcadores de modalidade, segundo Palmer (2001), são: sufixos individuais, clíticos e partículas, flexão e verbos modais.

Modo representa apenas uma das formas de expressão da modalidade, que tem por função adicionar ao evento apresentado pelo verbo, um posicionamento ou intenção, por parte do falante em relação a este. O *modo* tem como características o fato de sofrer e determinar restrições de ordem sintática e ter expressão regular na morfologia da língua. Os *modos* descritos pela Gramática Tradicional e pela Lingüística Descritiva são: indicativo, subjuntivo, imperativo, condicional, optativo, obrigatório e volitivo, sendo os três primeiros considerados os *modos* essenciais.

Diante de todo o assunto até agora exposto, é interessante observar que o falante do português tem um conhecimento intuitivo, não só acerca (1) do uso de cada um dos *modos* essenciais, como também, (2) da alternância de sentido epistêmico/deôntico de um mesmo modal, bem como (3) das noções *realis/irrealis*.

No primeiro caso, o falante demonstra perfeita intuição acerca da escolha do *modo* verbal de uma oração completiva, que depende do tempo da oração

principal e que pode mostrar uma independência da raiz verbal, como nos exemplos (30-32)¹⁷. Isto fica claro quando o falante faz uso do indicativo no exemplo (30), uma vez que o conectivo *se*, tendo a interpretação de *quando*, requer o indicativo. Por outro lado, nas sentenças dos exemplos (33-36), a escolha do *modo* parece depender do tipo de verbo (*se* de atitude mental, factivo, entre outros). Um verbo de atitude mental costuma deflagrar o uso do subjuntivo, ao passo que um factivo, deflagra o indicativo¹⁸. No exemplo (33), entretanto, seria perfeitamente possível dizer “Imagino que Maria **aprende** facilmente”, no caso de se considerar algo que aconteça com regularidade. Neste caso, mesmo um verbo de atitude mental desencadearia a utilização do indicativo:

(30) Eu **fico** feliz se ela **estuda**.

(31) Eu **ficaria** feliz se ela **estudasse**.

(32) Eu **ficarei** feliz se ela **estudar**.

(33) **Imagino** que Maria **aprenda** facilmente.

(34) **Imaginei** que Maria **aprendesse** facilmente.

(35) **Sei** que Maria **aprende** facilmente.

(36) **Sabia** que Maria **aprendia** facilmente.

Como se pode ver, toda esta flexibilidade no uso dos *modos* verbais faz parte da intuição do falante.

No segundo caso, quanto ao sentido epistêmico ou deôntico de um mesmo modal, o falante sabe, intuitivamente, a diferença entre os valores das sentenças abaixo:

(37) Ele não **pode** estar no escritório agora. (sentido epistêmico, conclusão)

(38) Ele **pode** entrar agora. (sentido deôntico, permissão)

(39) Ele **pode** correr uma milha em quatro minutos. (sentido dinâmico, habilidade)

¹⁷ Exceções são encontradas em orações relativas, como apontado por Medeiros (1996).

¹⁸ Ver seção 2.3.

O último caso, que envolve a intuição sobre os *modos realis/irrealis*¹⁹, que traduzem eventos factuais e não-factuais, respectivamente, não será abordado agora, mas em maior profundidade, nos capítulos 3 e 5.

Assim, como se pode verificar e consoante Chomsky, “Quando falamos uma língua sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos” (Miotto, Silva & Lopes, 2004).

2.2

Modo na teoria lingüística gerativista

2.2.1

Quadro teórico gerativista

A teoria lingüística, com o intuito de explicar o fato de línguas humanas serem naturalmente adquiridas, concebeu a idéia de um estado inicial do processo de aquisição da linguagem, também conhecido como gramática universal (GU). Esta constituiria um conjunto de restrições de natureza lingüística que o ser humano possuiria como parte da dotação biológica da espécie. A partir da década de 80, a GU foi caracterizada em termos de princípios (determinações comuns a todas as línguas e, portanto, universais) e parâmetros (propriedades variáveis entre línguas, cujos valores são fixados por meio de experiência lingüística).

A partir do Programa Minimalista (PM) (Chomsky, 1995), contudo, a noção de GU sofre algumas modificações. A teoria lingüística passa a assumir a hipótese de que as línguas humanas satisfazem a pressões das interfaces²⁰ entre o sistema da língua e os demais sistemas cognitivos necessários ao seu uso, quais sejam, o sistema articulatório-perceptual e o sistema conceptual-intencional. Também preconiza que as línguas humanas constituem uma solução ótima para garantir a legibilidade de relações semânticas e gramaticais em tais interfaces, permitindo que a criança extraia informação gramaticalmente relevante da fala que a ela se apresenta.

¹⁹ Terminologia utilizada por Deen & Hyams (2006). Ver capítulo 3.

²⁰ Interfaces são concebidas como níveis de representação nos quais a informação proveniente do módulo cognitivo lingüístico é reconhecida por outros sistemas cognitivos (Corrêa, 2006a).

Uma vez que os princípios que restringem as formas das gramáticas decorrem de pressões das interfaces e que a variação paramétrica se encontra restrita ao domínio do léxico, pode-se dizer que a tarefa da criança ao adquirir a língua, de acordo com o programa minimalista, é a de adquirir os elementos do léxico com suas propriedades fonológicas e semânticas e a de fixar, a partir da informação disponível nas interfaces, os valores dos parâmetros referentes aos traços formais, especialmente, aqueles pertencentes aos elementos de categorias funcionais.

2.2.2

Concepção minimalista de língua

De acordo com a proposta do Programa Minimalista, o ser humano é biologicamente dotado de uma faculdade da linguagem, sendo a língua considerada um sistema cognitivo composto por um sistema computacional universal e um léxico adquirido por meio de experiência lingüística. O sistema computacional abrange as operações recursivas (*Select*, *Merge*, *Agree* e *Move*), responsáveis por construir estruturas sintáticas, enquanto o léxico é formado de elementos que, por sua vez, são compostos de traços (unidades mínimas de descrição lingüística) que podem ser semânticos, fonológicos e formais (gramaticais), sendo estes últimos responsáveis por veicular a informação sintaticamente relevante para a língua.

O processo gerativo ou derivação se dá nos seguintes moldes: com base nos traços formais dos elementos do léxico, o sistema computacional começa a selecionar (operação *Select*) os elementos da numeração²¹, combinando-os hierarquicamente (operação *Merge*). O sistema computacional lida com traços formais interpretáveis e não-interpretáveis. Os primeiros possuem motivação semântica ou conceitual e os segundos são necessários à computação lingüística, mas ilegíveis para as interfaces, portanto, uma vez utilizados, precisam ser eliminados ou valorados ao longo da derivação sintática para atender ao Princípio

²¹ Uma numeração é, segundo Chomsky (1995), um conjunto de pares (LI, *i*), onde LI é um item do léxico e *i*, um índice correspondente ao número de vezes que LI é selecionado durante a derivação. Uma derivação só estará concluída quando todos os índices forem reduzidos a zero.

da Interpretabilidade Plena²². A operação *Agree* é necessária, então, para eliminar os traços formais não-interpretáveis por meio de uma checagem (Chomsky, 1995) ou valorá-los em função dos traços interpretáveis correspondentes (Chomsky, 1999), ao passo que a operação *Move* promoverá o movimento dos constituintes de forma que estes ocupem a ordem linear em que se apresentam no enunciado, segundo o Axioma da Correspondência Linear (Kayne, 1994)²³, ou que altere essa ordem para expressão de foco marcado, interrogativas, topicalização, etc.

Estas operações são repetidas até que a computação esteja concluída, isto é, até que o último elemento da numeração seja incluído na estrutura sintática computada. Nesse momento, tem-se um objeto sintático, resultado da computação sintática, que é interno ao sistema da língua e precisa tornar-se legível para os demais sistemas que atuam no desempenho lingüístico. Assim, é por meio do *spell-out* que tal “tradução” ocorre: os elementos do léxico, uma vez ordenados linearmente, são enviados para a interface fonética ou fônica, onde seus traços fonológicos tornam-se acessíveis ao sistema articulatorio-perceptual, mediante processamento. Quanto aos traços semânticos e aos formais semanticamente interpretáveis, estes serão transferidos para o nível de representação da interface semântica entre a língua e o sistema conceptual-intencional. Tem-se, então, o resultado completo de uma derivação lingüística, ou seja, uma expressão lingüística caracterizada como um par: forma fonética e forma lógica²⁴.

²² O Princípio da Interpretabilidade Plena (PIP) é responsável por assegurar a interpretação semântica de uma expressão lingüística, garantindo que somente traços do léxico que sejam legíveis pelos sistemas de desempenho cheguem às interfaces fônica e semântica. Os traços não-interpretáveis, úteis apenas à computação sintática, são eliminados ou valorados no curso da mesma.

²³ O Axioma da Correspondência Linear (ACL) de Kayne (1994) estabelece que a estrutura hierárquica de uma sentença invariavelmente determina a ordem linear de seus nódulos terminais. De acordo com o ACL, quando um elemento precede outro em uma ordenação é porque o primeiro c-comanda assimetricamente o segundo. Assim, existe uma ordem universal envolvendo as relações eSPECificador/Núcleo/Complemento, mas a ordenação linear final dos constituintes de uma dada sentença se dá em função da ordenação canônica da língua em questão.

²⁴ No inglês, respectivamente, *Phonetic Form* (PF) e *Logical Form* (LF).

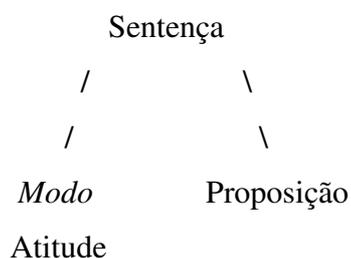
2.2.3

Modo como categoria funcional

De acordo com o exposto na seção 2.2.1, segundo o PM, a tarefa da criança na aquisição de uma língua é a de identificar os traços formais desta, bem como suas propriedades, o que se encontra restrito ao âmbito das categorias funcionais. Chega-se, portanto, a um ponto crucial da pesquisa aqui proposta, qual seja, a aquisição do *modo* verbal, uma vez que *modo* é considerado um traço formal no português, conforme explica Freitag (2005, p.421):

As formas verbais das línguas costumam codificar tempo, aspecto e modalidade, conteúdos codificáveis em termos de traços. Cowper (2003a) considera o complexo flexional do verbo constituído de traços arranjáveis: traços aspectuais, temporais e modais combinam-se entre si e codificam toda a diversidade de formas verbais que as línguas possuem. Tais traços são, por hipótese, componentes da Gramática Universal (GU).

Lohnstein & Bredel (2004), em seu estudo sobre a língua alemã, assumem o *modo* verbal como uma categoria funcional. Segundo os autores, após longo período de negligência da teoria lingüística (nas décadas de 80 e 90) acerca da natureza composicional da combinação *modo*-proposição, Chomsky (1995), Rizzi (1997) e Cinque (1999) propuseram uma projeção ForceP, cuja intenção é a de estabelecer uma relação entre um componente de *modo* e proposições finitamente marcadas:



Assim, de acordo com Lohnstein & Bredel (*op. cit.*), devido a uma necessidade de combinação do *modo* verbal com o *modo* sentencial, tem-se que:

(1) O *modo* verbal constitui uma categoria funcional que estabelece a mais alta projeção dentro de IP. Portanto, as categorias funcionais que deflagram as

projeções dominantes de VP na formação de uma sentença são dadas por Agr, Tense e Mood, restringindo estas classes a elementos do sistema flexional verbal.

(2) Os autores dizem que, pelo menos, nas línguas germânicas, ForceP é considerado um sintagma modal MP. Este representaria o *modo* sentencial.

Para Lohnstein & Bredel (*op. cit.*), o *modo*, como categoria funcional, determinaria aspectos relevantes da estrutura oracional, permitindo a derivação de *modos* sentenciais em interação com os princípios de composição sintática e semântica.

Diante das considerações dos autores mencionados nesta seção, assumir-se-á que o *modo* verbal representa um traço formal no português, que corresponde à categoria funcional Mood. A próxima seção desenvolverá mais este ponto.

2.2.4

Categorias funcionais

Categorias funcionais, segundo Muysken (2008), exprimem noções acerca de determinadas informações veiculadas pelas línguas naturais, quais sejam: pessoa/coisa, evento, situação, local, tempo, relação, propriedade e quantidade. Para o autor, as categorias funcionais são essencialmente nocionais, uma vez que podem ser classificadas, preliminarmente, em termos destas oito noções, embora nem todas as noções acima sejam expressas por meio de categorias funcionais no mesmo grau.

Corrêa (2006a, p. 38-39) compila uma definição detalhada acerca das categorias funcionais, de acordo com a literatura:

As categorias funcionais são classes fechadas, cujos elementos são feixes de traços predominantemente formais. Seus traços semânticos não atuam no estabelecimento de relações temáticas, mas veiculam informação pertinente à referência ou à força ilocucionária da oração; e caracterizam-se por prover posições estruturais relevantes para o comportamento sintático de categorias lexicais. As principais categorias funcionais são D (*determinante*), I (*flexão*) e/ou T (*tempo verbal*) e C (*complementizador*), as quais delimitam os domínios nominal, verbal e oracional, respectivamente. Numa derivação sintática, concebida de forma ascendente (*bottom up*), núcleos funcionais e lexicais são projetados em camadas hierárquicas mais altas, mantendo suas propriedades formais. Assim, NP, VP, constituem projeções máximas dos núcleos lexicais N e V; e DP, IP/TP e CP, projeções máximas dos núcleos funcionais D, I/T e C.

Nos anos 80, entretanto, estes eram os níveis de representação estrutural da sentença, segundo Rizzi (1997):

- O nível lexical, cujo núcleo é o verbo: nível estrutural no qual ocorre a atribuição de papéis temáticos;
- O nível flexional, cujo núcleo é composto por núcleos funcionais correspondentes a especificações morfológicas do verbo (concretas ou abstratas) e responsáveis por licenciar traços argumentais tais como Caso e Concordância;
- O nível complementizador, cujo núcleo é tipicamente um morfema funcional livre, abrigando tópicos e vários elementos do tipo operadores, tais como: pronomes interrogativos e relativos, elementos focalizados, etc.

Cada um destes níveis era identificado com uma única projeção X-barras: VP, IP e CP, respectivamente. Propostas de desdobramento para cada um destes níveis, no entanto, surgiram ao longo do tempo. Pollock (1989 apud RIZZI, 1997, p. 281) “explodiu” o nível IP identificando, nele, múltiplos núcleos funcionais. Ainda com relação ao nível IP, Cinque (1999), com base em um exame dos advérbios, modais e expressões auxiliares em diferentes línguas, estabeleceu uma hierarquia (supostamente universal) para as projeções funcionais que se situam neste nível. A seqüência a seguir vai da posição mais alta na oração à posição mais baixa, acima do verbo²⁵ (cf. Quadro 2):

²⁵ A hierarquia das projeções funcionais aqui apresentada foi retirada de Cinque (1999, p. 106). Vale ressaltar que Cinque trabalha *modo* e modalidade conjuntamente por dois motivos: (1) por uma tradição na caracterização geral e tipológica segundo Palmer (1986 apud Cinque 1999, p. 78) e (2) pelo fato de que uma mesma categoria pode ser expressa via *modo* em uma língua e com um modal em outra.

[frankly Mood _{speech act} [fortunately Mood _{evaluative} [allegedly Mood _{evidential} [probably Mod _{epistemic}
[once T(Past) [then T(Future) [perhaps Mood _{irrealis} [necessarily Mod _{necessity}
[possibly Mod _{possibility} [willingly Mod _{volitional} [inevitably Mod _{obligation} [cleverly Mod _{ability/permission}
[usually Asp _{habitual} [again Asp _{repetitive(I)} [often Asp _{frequentative(I)} [quickly Asp _{celerative(I)}
[already T(Anterior) [no longer Asp _{terminative} [still Asp _{continuative} [always Asp _{perfect(?)}
[just Asp _{retrospective} [soon Asp _{proximative} [briefly Asp _{durative} [characteristically(?) Asp _{generic/progressive}
[almost Asp _{prospective} [completely Asp _{SgCompletive(I)} [tutto Asp _{PICompletive} [well Voice
[fast/early Asp _{celerative(II)} [completely Asp _{SgCompletive(II)} [again Asp _{repetitive(II)} [often Asp _{frequentative(II)}
**

Quadro 2 – Hierarquia das projeções funcionais em IP (Cinque, 1999)

A proposta de Cinque visa a expressar a variedade de noções e a distribuição de elementos lexicais encontrados em diversas línguas por meio de uma hierarquia de categorias funcionais. O Quadro 2 demonstra que, com a “explosão” de IP, Mood torna-se uma das categorias funcionais neste nível. Assim sendo, pode-se redefinir o último parágrafo da seção 2.2.3, dizendo-se que o *modo* verbal representa um traço formal no português, que corresponde à categoria funcional Mood que, por sua vez, deflagra a projeção MoodP.

Rizzi (*op. cit.*), que explorou o desdobramento da periferia esquerda da sentença, isto é, do nível CP, sugeriu que cada categoria central representasse uma zona estrutural mais articulada. Esta seria, então, a estrutura pressuposta na visão do autor:

The structure of the left periphery	Mood Tense Aspect v V
Force Topic/Focus Fin(iteness)	
-----	-----
Former COMP	Former INFL

Quadro 3 – Estrutura frasal segundo Rizzi (1997)²⁶

²⁶ Quadro extraído de Muysken (2008, p. 57). Esta é uma representação simplificada da estrutura frasal de Rizzi (1997). Este último autor identifica o sistema Force-Finateness como a parte essencial do sistema complementizador, de modo que se encontra presente em todas as estruturas oracionais não-truncadas, ao passo que o sistema Tópico-Foco se apresenta na estrutura somente se necessário. Assim sendo, se as posições de Tópico e Foco forem ativadas, posicionar-se-ão entre Force e Finateness. Em adição, Rizzi (*op. cit.*) assume que uma oração pode conter tantas posições de Tópico quanto necessárias, ao passo que somente uma única posição de Foco. Em outras palavras, Tópico seria recursivo e Foco, não. Tanto Tópico quanto Foco envolvem um esquema X-barra, mas apenas Tópico admite que o comentário (isto é, o complemento do seu núcleo) seja articulado a uma outra estrutura do tipo Tópico-comentário. No caso de Foco, o mesmo procedimento geraria um conflito. Assim, Rizzi (*op. cit.*) propõe que a estrutura do sistema complementizador seja: (ForceP > TopP > FocP > TopP > FinP), o que permite dar conta de um número de restrições de ordem que envolvem elementos no sistema complementizador. Vale acrescentar que posições de Tópico e Foco também foram consideradas em IP. Belletti (2004)

Muysken (*op. cit.*) explica que a justificativa teórica para estes conjuntos de projeções vem: (a) da semântica: pela necessidade de unir uma variedade de distinções semânticas e pragmáticas a núcleos funcionais específicos na árvore sintática, correspondentes aos diversos constituintes; e (b) da ordem das palavras: pela necessidade de posições para a variedade de constituintes que podem ser movidos para a periferia esquerda da sentença.

Para melhor entender a estrutura geral da sentença proposta por Rizzi (*op. cit.*) no Quadro 3 acima, necessário se faz seguir os passos do autor. Este considerou que, assim como IP se desdobrou em uma série de projeções funcionais, cada qual correspondendo a uma única especificação de traço expressa de forma explícita ou não no sistema verbal (Agr, T, Asp, entre outros) e que níveis VPs múltiplos surgiram para dar conta de verbos multi-argumentais, também CP deveria ser desdobrado, uma vez que a periferia esquerda da sentença parecia constituir bem mais do que um simples esquema X-barra.

Para Rizzi (*op. cit.*), o papel do complementizador na estrutura oracional é o de interface entre o conteúdo proposicional (expresso por IP) e a estrutura superordenada (uma oração mais alta ou, possivelmente, a articulação do discurso considerando-se uma oração raiz). Assim sendo, o sistema C expressa dois tipos de informação: uma relacionada ao exterior e a outra, ao interior da oração.

Do ponto de vista externo à oração, complementizadores estabelecem o tipo de sentença: interrogativa, declarativa, exclamativa, relativa, comparativa, adverbial, entre outras. Tal informação é a especificação de Force, que pode ser expressa (a) por meio de codificação morfológica explícita no núcleo (morfologia C especial para declarativas, interrogativas, relativas, etc); (b) por fornecer a estrutura para abrigar um operador de um determinado tipo ou (c) por ambos os meios.

Do ponto de vista interno à oração (de especial interesse para a presente pesquisa), a informação expressa pelo sistema C relaciona-se com o conteúdo do IP abaixo dele. O autor explica que a escolha do complementizador reflete

defende que a área imediatamente acima de VP mostra uma semelhança significativa com a periferia esquerda da sentença, identificando, portanto, uma posição de Foco cercada por posições de Tópico internas à IP (TopP > FocusP > TopP > vP). A autora faz uso do fenômeno do sujeito pós-verbal em inversão livre para validar sua proposta, uma vez que este tipo de inversão se dá internamente à oração. Belletti (*op. cit.*) demonstra, assim, que as posições de Tópico e Foco em IP estariam relacionadas a tipos diferentes de interpretação e entonação, ou seja, a relações discursivas.

propriedades do sistema verbal da oração como, por exemplo, as regras de ‘concordância’ entre C e I, responsáveis, no inglês, pela co-ocorrência de *that + verbo flexionado* ou *for + infinitivo*. Outro exemplo é o italiano, em que a forma ‘che’ ocorre com o presente, o passado e o futuro do indicativo; com o presente e o passado do subjuntivo e com o presente e o passado condicionais, distinguindo orações infinitivas, gerundivas e participiais: uma característica geral, segundo Rizzi (*op. cit.*), das línguas românicas e germânicas. Com base neste fato, Rizzi (*op. cit.*) assume que C contenha uma especificação de tempo que combine com aquela expressa no sistema flexional mais baixo: a finitude.

O autor ressalta que as línguas tendem a dividir os paradigmas verbais em duas classes: formas finitas e não-finitas. As primeiras podem manifestar distinções de *modo* (indicativo, subjuntivo, condicional e/ou outras distinções do tipo *realis/irrealis*), concordância de tempo e de sujeito (pessoa) e co-ocorrer com sujeitos nominativos preenchidos. As segundas não manifestam distinções de *modo*²⁷, não expressam concordância de pessoa e não co-ocorrem com sujeitos nominativos.

Em suma, Rizzi (*op. cit.*) propõe que o sistema C expressa uma especificação de finitude que, por sua vez, seleciona um sistema de IP com características semelhantes de finitude, tais como: distinções de *modo*, concordância de sujeito licenciando Caso nominativo e distinções de tempo explícitas (o que pode variar de língua para língua).

Nesta seção, então, verificou-se que o *modo* verbal é um traço formal no português, correspondente à categoria funcional Mood, que deflagra a projeção MoodP, responsável por expressar distinções de *modo* dentro de IP, distinções estas que veiculam finitude e as noções *realis* e *irrealis*²⁸.

A questão relevante para a presente pesquisa, então, é como a criança que adquire o PB, pode adquirir o conhecimento gramatical pertinente a *modo*. Uma vez que é por meio da exposição a uma língua que a criança a adquire e que as distinções gramaticais têm de estar visíveis nas interfaces, tal informação só pode ser extraída da interface fônica para ser interpretada conceitual e intencionalmente

²⁷ Confrontar com os capítulos 3 e 5.

²⁸ As noções *realis* e *irrealis* serão abordadas em maior detalhes no capítulo 3.

na interface semântica. Na seção 2.3 e no capítulo 3, ver-se-á quais propriedades tornam tal tarefa possível para a criança.

2.3

Modo no português do Brasil

Conforme visto na seção 2.2, na perspectiva da teoria lingüística, o *modo* verbal é um traço formal no português, que estabelece a categoria funcional Mood, cuja projeção máxima (MoodP) representa, segundo Cinque (1999), a projeção mais alta dentro do nível flexional (IP) da representação estrutural de uma sentença. Em adição, foi visto que o *modo* verbal expressa finitude e as noções *realis* e *irrealis*.

A finitude está relacionada à morfologia verbal, indicando a flexão do verbo em suas diferentes manifestações modais. No português, cada *modo* verbal apresenta suas desinências próprias, embora, conforme visto na seção 2.1.1, o imperativo compartilhe as do subjuntivo.

No que concerne às noções *realis/irrealis* (mencionadas na seção 2.1.2), Mithun (1999) as distingue dizendo que a noção *realis* (ou *modo realis*) envolve situações que já ocorreram ou que estejam em progresso (captadas por meio da percepção direta) e que a noção *irrealis* (ou *modo irrealis*) abrange situações internas ao pensamento (captadas por meio da imaginação). Estas últimas, possivelmente, ainda por ocorrer, como pode ser entendido na explicação de Lunguinho (2006, p.464-465), que considera o traço de *modo* uma maneira de atualização de um evento descrito no mundo real, e que divide *modo* em *realis*, “que trata de um evento atualizado no mundo, portanto, factual” e *irrealis*, “que trata de eventos ainda não atualizados, não-factuais, mas passíveis de atualização”.

Assim, no exemplo (40), abaixo, o *modo* indicativo da oração encaixada expressa uma noção *realis*, uma vez que quando o falante (mamãe) enunciou o evento “arrumar o quarto”, este já havia ocorrido. No exemplo (41), por outro lado, quando o falante (mamãe) enunciou o mesmo evento, este ainda estava por se realizar, o que faz com que o *modo* subjuntivo denote uma noção *irrealis*:

(40) Mamãe disse que eu *arrumei* o quarto.

(41) Mamãe disse que eu *arrumasse* o quarto.

Pode-se dizer, portanto, que no português, o *modo realis* corresponde ao *modo* indicativo e o *modo irrealis*, grosso modo, ao subjuntivo e ao imperativo, uma vez que este último também denota uma ação ainda por se realizar.

Uma vez que a criança, em fase de aquisição da linguagem, precisa extrair informação gramatical da interface fônica, é preciso definir o que se apresenta a ela como evidência para a distinção de *modo* e as dificuldades que o pequeno falante encontra no decorrer de tal processo.

O *modo* verbal no português é expresso, essencialmente, por meio da morfologia verbal e, no ambiente sintático, por meio da dependência ou independência das orações. No que diz respeito à morfologia verbal, tem-se um ponto problemático no português. Conforme observado por Bechara (2002)²⁹, as categorias pessoa-número, tempo-*modo* e tempo-aspecto não se separam no português, o que gera a obscuridade do chamado complexo TAM, em que um único morfema pode carregar informações de tempo, aspecto e *modo* como, por exemplo, em:

(42) Estudou => **tempo**: pretérito; **aspecto**: perfeito; **modo**: indicativo

Verifica-se, portanto, que a tarefa da criança na identificação do *modo* verbal, por meio da morfologia, não é nada trivial, uma vez que precisa fazê-lo, independentemente de tempo e de aspecto. Em adição, pode-se tomar a expressão do subjuntivo como a mais complexa para a criança, no que concerne a *modo*. Esta requer morfologia específica, no contexto de sentenças complexas, em orações subordinadas a verbos de comunicação e de estado mental.

No que diz respeito à dependência ou independência das orações, o português caracteriza, em geral, o *modo* indicativo como relacionado às orações principais e o subjuntivo, às subordinadas. No entanto, a questão não se mostra tão simples, como apontado por Camara Jr. (2002)³⁰, quando diz que o *modo* indicativo tornou-se predominante na língua a ponto de interferir no domínio dos

²⁹ Ver seção 2.1.1.

³⁰ Ver seção 2.1.2.

outros dois. Isto caracteriza uma particularidade do PB que envolve a morfossintaxe do *modo* verbal: a distinção de *modo* está se tornando pouco manifesta na língua falada. Os exemplos a seguir³¹, em que o imperativo negativo é substituído pelo indicativo, ilustrarão a questão:

(43) No meio presidencial, D. Marisa ordena:

— Não *joga* futebol, Lula!

(44) Na novela dos vampiros, Bia diz para José Carlos:

— Não *aparece* com ela na minha frente!

(45) Na vida real, o amado suplica:

— Não *divide* seu amor com outro, querida!

Na substituição do subjuntivo pelo indicativo, freqüentemente, ouve-se:

(46) Você quer que eu *vou* lá?

(47) O chefe quer que você *liga* a impressora.

(48) Quer que eu te *conto* um segredo?

(49) Talvez ele *foi* um homem honesto.

(50) Se eu *deter*...

(51) Quando ele *ver*...

(52) Assim que ele *pôr*...

O intercâmbio entre as formas subjuntivas e indicativas é, no entanto, o mais comentado e tido como a perda progressiva do uso do *modo* subjuntivo. Pereira (1995), que verificou o uso do subjuntivo através do tempo em sua dissertação de mestrado, diz que a substituição do subjuntivo pelo indicativo vem desde o português arcaico e que o uso desses dois *modos* sempre foi confuso, apesar de não haver, em nenhum momento, eliminação de um em detrimento do outro. A autora acrescenta que no português contemporâneo não se verifica a troca entre indicativo e subjuntivo na língua escrita, que apresenta um padrão rígido, mas apenas na falada.

³¹ Os exemplos 43 a 45 foram extraídos da Coluna “Dicas de Português” de Dad Squarisi. Jornal Correio Braziliense Online, 23 de abril de 2003. Disponível em http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030423/col_dad_230403.htm.

Pereira (*op. cit.*) mostra também que não só o indicativo, mas o infinitivo, o gerúndio, um substantivo abstrato, uma construção elíptica e o pretérito-mais-que-perfeito podem substituir o subjuntivo:

- (53) O professor mandou *que* o aluno *lesse* um romance.
O professor mandou o aluno *ler* um romance. (Infinitivo)
- (54) *Se seguisse* o caminho normal, chegarias primeiro.
Seguindo o caminho normal, chegarias primeiro. (Gerúndio)
- (55) *Acredito que ele esteja* inocente.
Acredito em *sua inocência*. (Substantivo abstrato)
- (56) *Se fosse de ferro*, a ponte suportaria o peso.
De ferro, a ponte suportaria o peso. (Construção elíptica)
- (57) Quem me dera! (= quem me desse!) (Pretérito-mais-que-perfeito)
Prouvera a Deus! (=prouvesse a Deus!) (Pretérito-mais-que-perfeito)

Os exemplos (53) a (57) mostram casos em que uma sentença que abriga o subjuntivo é substituída por outra, com outra construção, mas que mantém o mesmo sentido. A perda progressiva do uso do *modo* subjuntivo mencionada anteriormente é aquela na qual o indicativo substitui o subjuntivo em um ambiente em que só o último poderia ocorrer, como nos exemplos (46) a (52), construções estas que estão se tornando cada vez mais frequentes na fala coloquial do brasileiro.

Pereira (*op. cit.*), ao estudar os falantes da cidade de Juiz de Fora, verificou que onde deveriam fazer uso de uma forma subjuntiva, a substituíam por uma forma indicativa como, por exemplo, na seqüência de perguntas: “Como está em tempo de eleição, todos têm desejos, aspirações quanto ao novo governo municipal, não é? Você já tem candidato? O que você espera que ele faça?” Um falante assim respondeu: “que ele *cumpra* o que ele falou, né? Que ele *faz* e *acontece*...”. Em outro exemplo, o entrevistado que deveria completar a frase “Tenho um bom candidato, embora ...” utilizando uma forma subjuntiva, respondeu: “*estou* certo de que nem tudo que ele diz será cumprido”. A autora diz que “ao fazer esta troca, o falante tem o fato como real, certo, livre de questionamentos”. Em seu trabalho, outros aspectos são apresentados, mostrando

que o uso do subjuntivo no português passa por modificações e, não é difícil verificar que não só em Juiz de Fora, mas no Brasil como um todo.

O estudo de Rocha (1997 apud OLIVEIRA, 2006), acerca da alternância entre os *modos* indicativo e subjuntivo nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro e em Brasília, corrobora o de Pereira (*op. cit.*), uma vez que Rocha (*op. cit.*) constata uma variação entre as formas verbais indicativas e subjuntivas em contextos de complementação.

Oliveira (2006) ressalta, contudo, que a oposição no uso do indicativo e do subjuntivo nem sempre corresponde a uma variação, uma vez que há situações em que um mesmo predicado pode admitir ambas as formas que, por sua vez, correspondem a interpretações distintas (o que não é o foco no estudo de Rocha). Para tanto, a autora menciona a classificação de Pereira (1974, apud OLIVEIRA, 2006, p. 512-514), quanto à oposição indicativo/subjuntivo, segundo três funções:

(i) **Função semântica:** nesta função, há uma oposição em um mesmo contexto sintático entre os *modos* indicativo e subjuntivo. A oração principal não condiciona o *modo* da oração encaixada, o que torna a alternância entre ambos os *modos* possível. O falante faz uso de um ou de outro *modo*, de acordo com o que queira expressar, já que cada *modo* levará a uma interpretação distinta. Os exemplos extraídos de Oliveira (2006) são:

(58) Pedro caiu de modo que *quebrou* a perna.

(59) Pedro caiu de modo que *quebrasse* a perna.

(ii) **Função gramatical:** esta função diz respeito ao subjuntivo que, neste caso, representa marca de subordinação. A oração matriz condiciona o *modo* da encaixada, o que significa que o valor verdade desta última oração não determina seu *modo* verbal. Como exemplo, tem-se:

(60) Desejo que Pedro *se recupere*. / *Desejo que Pedro *se recupera*.

(61) Esperei que ele *viesses*. / *Esperei que ele *vinha*.

(iii) **Função semântico-gramatical:** quando há compatibilidade entre as modalidades expressas pelas orações principal e subordinada. Neste caso, a primeira oração condiciona o *modo* da segunda. No exemplo (62), abaixo, o verbo *saber* da oração principal expressa uma certeza por parte do falante pelo conhecimento que detém. Como o objeto de conhecimento do falante é um fato real, o *modo* da oração encaixada precisa ser o indicativo que veicula certeza, o que é compatível com o verbo da oração principal. O subjuntivo, ao contrário, que veicula a idéia de incerteza, não poderia ser admitido neste caso, pois denotaria incompatibilidade com o grau de certeza do verbo da oração matriz:

(62) Sei que *chove*. / *Sei que *chova*.

Assim, como observa Oliveira (*op. cit.*), “como o indicativo é a única forma possível, além do valor semântico, sua ocorrência adquire um valor gramatical” (p. 514).

Retornando ao estudo de Rocha (*op. cit.*), a autora verifica que não só a semântica do verbo da oração matriz é responsável pela determinação do *modo* da oração encaixada, mas também, a faixa etária do falante; a assertividade da oração matriz; a regularidade verbal e o tipo de verbo da oração encaixada; o tempo do verbo da oração matriz e o tempo do verbo da oração encaixada.

Oliveira (*op. cit.*) explica que uma possibilidade para a variação constatada por Rocha (*op. cit.*) pode estar relacionada ao fato de a oposição modal não acarretar oposição de interpretação por parte do falante, isto é, tanto uma forma quanto outra apresentariam o mesmo valor verdade. Oliveira (*op. cit.*) diz que muitos falantes, ao serem indagados sobre a eventual diferença de significado entre os dois tipos de construção, freqüentemente não identificam tal contraste. A autora aponta tal fato como uma neutralização da oposição entre o *modo* indicativo e o subjuntivo, o que faz com que o falante faça uso de outros mecanismos gramaticais para codificar a modalidade do enunciado, tais como: recursos lexicais, modificadores adverbiais e recursos prosódicos.

Por outro lado, Oliveira (*op. cit.*), em seu estudo sobre a oposição indicativo/subjuntivo no Nordeste, descobriu que, diferentemente do que ocorre no Rio de Janeiro e em Brasília (onde o indicativo invade o campo de atuação do subjuntivo), na Paraíba, o subjuntivo é mais produtivo nas orações completivas,

sobretudo aquelas com verbos volitivos, o que é compatível com os dados do português europeu (PE), onde segundo Mateus et al. (2003), o subjuntivo é obrigatório com tais verbos.

De qualquer forma, se a neutralização acima descrita estiver presente na fala parental, apresentar-se-á como um ponto de dificuldade na aquisição do *modo* verbal pela criança, já que a oposição, em termos morfológicos, entre os dois *modos* não acarretaria diferenças de interpretação entre uma construção com o indicativo ou com o subjuntivo:

(63) Você quer que eu faça...? / *Você quer que eu faça...?

Assim, uma vez que a distinção morfológica de *modo* está se tornando cada vez menos manifesta na fala coloquial do Estado do Rio de Janeiro, pode-se pensar que o que marca a distinção de *modo* para a criança seja o ambiente sintático, por meio das orações completivas, e as noções *realis* e *irrealis* expressas pelos verbos destas.

Há, ainda, mais duas dificuldades com as quais a criança precisa lidar no processo de aquisição do *modo* verbal. A primeira diz respeito ao tipo de distinção conceitual que *modo* expressa. Frequentemente, o falante precisa posicionar-se com relação à possibilidade de ocorrência de um evento, independentemente de tempo como, por exemplo, em: “Eu quero que Maria venha” (evento passível de ocorrer no futuro) / “Eu queria que Maria viesse” (evento passível de ocorrer no futuro ou que pode não ter se realizado no passado).

Outra dificuldade é a que envolve o *modo* verbal e sua interação com a Teoria da Mente (ToM) – um dos sistemas intencionais que interage com a língua e que permite ao indivíduo inferir o estado mental de outrem (emoções, intenções, desejos, atitudes, crenças verdadeiras ou falsas, conhecimento e ponto de vista), de modo a explicar um comportamento observado ou predizer aquele que ainda está por ocorrer (de Villiers, 2004; 2007). A ToM pode ser entendida como um módulo cognitivo que se desenvolve paralelamente à aquisição da língua, atingindo seu ápice a partir da idade consensual de 4 anos, em que a criança adquire a habilidade de atribuir ao outro uma crença falsa.

Em suma, nesta seção foi abordada a finitude e as noções *realis* e *irrealis* expressas pelo *modo* verbal no português, bem como a questão de a criança, em

fase de aquisição da linguagem, precisar extrair informação gramatical pertinente a *modo* da interface fônica, isto é, dos dados lingüísticos a que está exposta. No entanto, tal tarefa mostra-se por demais complexa, se se levar em conta não só as informações concomitantes veiculadas pelo complexo TAM, como também a neutralização que vem ocorrendo no PB entre os *modos* indicativo e subjuntivo, as distinções conceituais expressas pelo *modo* verbal e sua interação com a ToM.

No próximo capítulo, a percepção de distinções gramaticais na interface fônica e a produção do *modo* verbal, pela criança, serão examinadas segundo a literatura.